



PEC da Previdência cumpre 5ª sessão de discussão e volta à CCJ

Comissão de Constituição e Justiça vai analisar emendas apresentadas em Plenário que, até sexta-feira, totalizavam 76. Já a PEC paralela terá a quinta sessão na quarta-feira

A proposta da reforma da Previdência tem hoje sua quinta e última sessão de discussão em primeiro turno e volta à Comissão de Constituição e Justiça para análise das emendas de Plenário. Conforme acordo entre os líderes, serão cumpridos todos os prazos regimentais e a PEC será votada em primeiro turno na terça-feira da semana que vem.

Amanhã os senadores podem votar o projeto sobre regras eleitorais, que tramita em regime de urgência. Entre outros itens, o texto prevê exceções ao limite de gastos de campanhas e aumento do valor do Fundo Eleitoral. **3**



Jane de Araújo/Agência Senado

Na sexta-feira, Reguffe fez críticas ao texto da reforma durante a quarta sessão de discussão, presidida por Izalci Lucas e acompanhada por Jorge Kajuru

Relatório sobre indicação de Aras deve ser entregue amanhã

O relatório sobre a indicação do subprocurador-geral Augusto Aras ao cargo de procurador-geral da República deve ser apresentado amanhã à Comissão de Constituição e Justiça. Segundo o relator, senador Eduardo Braga, o parecer é técnico e leva em conta o currículo do indicado.

— O mérito é discutido na sabatina, quando os senadores fazem perguntas com relação a princípios, conceitos e até mesmo decisões ao longo da carreira do procurador para formar o juízo de valor — explicou Eduardo Braga.

Aras foi o escolhido pelo presidente Jair Bolsonaro. **3**

Debatedores criticam discurso em favor da reforma

Em audiência da Comissão de Direitos Humanos, sindicalistas e especialistas em Previdência disseram que o discurso em favor da reforma é falacioso e ainda há tempo de lutar para que os senadores não aprovem o texto como está. Perdão a grandes devedores, sonegação e cálculo incorreto do déficit da Previdência foram alguns dos problemas apontados. **3**



Gerardo Magela/Agência Senado

Auditor-fiscal César Roxo, senador Paulo Paim e Luiz Antonio Alves, da CUT

Sessão especial marca 50 anos do *Jornal Nacional*

O Senado comemorou na sexta-feira os 50 anos do *Jornal Nacional*, o mais tradicional telejornal da Rede Globo. O presidente do

Senado, Davi Alcolumbre, abriu a sessão e destacou o jornalismo produzido pela emissora, que cresce em importância diante das no-

tícias falsas que invadem as redes sociais. Jorge Kajuru, que propôs a homenagem, também ressaltou a necessidade do bom jornalismo. **2**



Marcos Oliveira/Agência Senado

Davi Alcolumbre, entre senadores, jornalistas e executivos da Rede Globo reunidos no Plenário do Senado

Avança projeto que libera benefício para deficientes

A Comissão de Direitos Humanos aprovou projeto que permite que o Benefício de Prestação Continuada seja pago a mais de uma pessoa com deficiência na mesma família. Agora o texto segue para votação na Comissão de Assuntos Sociais. A autora, Mara Gabrilli, demonstrou que, se o benefício de uma pessoa for incluído no cálculo da renda familiar per capita, um segundo membro com deficiência da mesma família não poderia receber o benefício, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social. **4**

Preço de tarifas de ônibus e metrô é tema de debate hoje

A Comissão de Infraestrutura debate hoje o preço das passagens do transporte público coletivo. O pedido da audiência foi feito pelo senador Nelsinho Trad, para quem é preciso reduzir o valor da tarifa do transporte público. Segundo ele, existem estudos que mostram maneiras de diminuir as tarifas financiando o custeio, seja por subsídio estatal ou pela cobrança de taxas de congestionamento em áreas centrais. Outra opção seria a criação de um fundo nacional com este objetivo. **4**

Plenário comemora os 50 anos do Jornal Nacional

Senadores elogiaram os jornalistas que fazem o programa, sua independência e isenção. Para Davi Alcolumbre, em tempos de *fake news*, mais do que nunca o país está precisando da credibilidade do JN

O PLENÁRIO REALIZOU na sexta-feira uma homenagem à Rede Globo pelo aniversário de 50 anos do Jornal Nacional (JN). O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, abriu a sessão lembrando dos tempos de criança, em que todos se sentavam em frente à TV para ver as notícias do dia.

— Como lá em casa, isso acontecia nas casas de milhões de brasileiros.

Alcolumbre disse que a importância do jornal como referência de notícias diárias, furos de reportagem, e maté-

rias especiais é ainda maior nos dias de hoje, em que as *fake news* alcançam com rapidez as redes sociais.

— Mais do que nunca precisamos de um veículo com a credibilidade, isenção e qualidade do Jornal Nacional.

Jorge Kajuru (Patriota-GO), que propôs a homenagem, lembrou a importância do bom jornalismo.

— A TV mudou [...] mas o jornalismo em qualquer plataforma mantém sua essência e segue firme na missão de informar e produzir conheci-

mento — afirmou o senador.

Eduardo Braga (MDB-AM) disse que o JN se tornou a voz de um Brasil continental.

— A capacidade de integração, de diálogo com todos os brasileiros, das mais diversas crenças e classes sociais, de norte a sul do país, talvez seja o maior mérito do JN.

Esperidião Amin (PP-SC) destacou que o JN perenizou a língua portuguesa como a única de todo o país. Já Randolfe Rodrigues (Rede-AP) ressaltou a importância da liberdade de imprensa. E Chico Rodrigues (DEM-RR) mencionou a qualidade dos jornalistas do JN.

João Roberto Marinho, presidente do Conselho Editorial do Grupo Globo, lembrou a necessidade de reafirmar alguns pilares da democracia, como o Estado de Direito, a liberdade de expressão e de imprensa.

— É uma pena que seja necessário, mas estamos precisando reafirmar isso.



Paulo Tonet (Globo), Kajuru, Davi, João Roberto Marinho e Zileide Silva

Kajuru elogia o trabalho de pesquisa feito pela Embrapa

Jorge Kajuru (Patriota-GO) afirmou que, por trás do sucesso do agronegócio brasileiro, está o trabalho da Embrapa, exemplo de excelência científica. Graças à atuação dos pesquisadores, enfatizou, o aumento de apenas 37% na área plantada nos últimos 20 anos resultou em um aumento de 176% na produção agrícola no período. O senador acrescentou que o aumento da produtividade e da qualidade dos produtos agrícolas impulsionaram o agronegócio.

— A Embrapa possui hoje 2.389 pesquisadores. Foi com esse corpo científico que produziu tecnologias que mudaram a agricultura brasileira.

Izalci pede recursos para tecnologia, pesquisa e ciência

Izalci Lucas (PSDB-DF) pediu na sexta-feira em Plenário maior atenção à destinação de recursos para pesquisa, ciência e tecnologia. Ele registrou a audiência pública realizada na véspera pela Frente Parlamentar da Ciências e Tecnologia para pedir aos senadores o direcionamento de recursos do Orçamento para a educação

— Não tem sentido a gente destruir o Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, que durou anos e anos para ser consolidado. Os nossos orçamentos hoje são muito menores do que os de 15 anos atrás.

Rodrigo Cunha diz que transporte de alunos é direito

Rodrigo Cunha (PSDB-AL) falou na sexta-feira em Plenário sobre os investimentos na educação e, principalmente, a má gestão dos recursos destinados ao transporte de alunos em todo Brasil. Ele ressaltou a situação precária em Alagoas.

— É papel do Estado garantir todos os meios necessários para que o aluno se preocupe somente em aprender. [...] O direito ao transporte escolar público é fundamental na concretização do direito à educação, pois interfere no seu acesso, na frequência, na permanência, na evasão.

Morre o ex-senador e ex-deputado Odacir Soares

Morreu na quinta-feira, em Brasília, o ex-senador e constituinte Odacir Soares. Jornalista, advogado e empresário, ele foi titular



do mandato por duas legislaturas, de 1983 a 1999, e suplente em 2014, durante licença de Ivo Cassol. Natural do Acre, Odacir foi prefeito de Porto Velho duas vezes e chefe da Casa Civil de Rondônia. Entre 1979 e 1981 foi deputado federal por Rondônia pela extinta Arena. Segundo disse sua filha, Silvia Soares, nas redes sociais, o ex-senador morreu de complicações durante o tratamento contra um câncer. Ele tinha 80 anos.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA

CDH Pobreza

9h Debate sobre Previdência e trabalho, com foco no aumento da pobreza.

CI Passagem de ônibus

9h Audiência para debater diminuição no preço das passagens de ônibus e metrô.

PLENÁRIO PEC 6/2019

14h Na pauta, PEC da reforma da Previdência.

CDH Tributos

9h Audiência sobre reforma tributária.

CAE Economia solidária

10h Na pauta de 18 itens está a criação da Política Nacional de Economia Solidária.

CE Future-se

11h Pauta com 13 itens. Às 14h, debate com reitores sobre o programa Future-se.

CI Construção de estrada

11h Na pauta com 7 itens, o PLC 61/2013, sobre a Estrada Parque Caminho do Colono.

CTEC Discriminação

11h30 Na pauta, texto que considera abusiva propaganda que discrimina por gênero.

CMA Demissão no Inpe

14h Audiência com o ministro de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes.

CAS Turma da Mônica

14h30 Homenagem ao quadrinista Maurício de Sousa.

MP 886/2019 Estrutura

14h30 Apreciação de relatório sobre medida que muda estrutura do governo federal.

MP 889/2019 FGTS

14h30 Audiência sobre nova modalidade de saque do FGTS.

MP 890/2019 Médicos pelo Brasil

14h30 Apreciação de relatório.

MP 891/2019 Plano de trabalho

14h30 Avaliação de cronograma para análise de MP que antecipa o 13º a aposentados.

USINA DE BELO MONTE Subcomissão

14h30 Apresentação do plano de trabalho.

MP 893/2019 Coaf

14h50 Análise do plano de trabalho sobre MP que muda o Coaf para o Banco Central.

CDR Agricultura familiar

9h Entre os 4 itens na pauta, o PLS 8/2012, sobre recursos da agricultura familiar.

CAS Pensão e suicídio

9h30 Na pauta, o PLS 425/2018, sobre pensão por morte. Às 10h30, audiência sobre auto mutilação e suicídio.

CCI PGR

10h Entre os 26 itens em pauta, a MSF 53/2019, que indica Augusto Aras ao cargo de procurador-geral da República.

CRA Polinização

11h Audiência sobre animais polinizadores.

CMA Desastres

14h Na pauta de 7 itens, o PL 2.787/2019 que tipifica crime de desastres ambientais.

MULHER Comissão mista

14h30 Apresentação de relatório de atividades e análise de requerimentos.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS Amazônia

14h30 Debate sobre o Fundo Amazônia.

CMA Sustentabilidade

10h Debate sobre geração de renda e conservação da biodiversidade em áreas protegidas.

MP 889/2019 FGTS e reforma urbana

10h Audiência com representantes de bancos e entidades pela reforma urbana.

TERÇA

QUARTA

QUINTA

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Plenário faz hoje 5ª sessão de discussão da Previdência

Em seguida, o texto volta à Comissão de Constituição e Justiça para análise das propostas de emendas apresentadas em Plenário. Até a noite de sexta-feira, foram apresentadas 76 emendas



A REFORMA DA Previdência passa hoje pela quinta e última sessão de discussão em primeiro turno no Plenário.

Em seguida, a PEC 6/2019 volta à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para a análise das emendas.

A proposta deve ser votada em Plenário na terça-feira da semana que vem, conforme acordo firmado entre os líderes partidários, atendidos todos os prazos regimentais. Depois, serão necessárias mais três sessões de discussão para que a PEC seja votada em segundo turno no Plenário.

Já a PEC paralela (PEC 133/2019), que inclui estados e municípios nas novas regras da Previdência, entre outras mudanças, cumprirá sua quinta sessão de discussão em Plenário na quarta-feira.

Até a noite de sexta-feira, foram apresentadas 76 emendas em Plenário à PEC 6/2019. Com as 502 alterações apresentadas na CCJ, já são 578. A PEC paralela recebeu 24 emendas até o momento.

Quarta sessão

Também na sexta-feira, a reforma da Previdência e a PEC paralela passaram pela quarta sessão de discussão em primeiro turno no Plenário. Favorável a mudanças no sistema previdenciário, mas crítico de algumas mudanças que serão impostas com a aprovação da atual redação da PEC 6/2019, o senador Reguffe (sem partido-DF) sugeriu alterações e defendeu que o



Para Reguffe, a reforma é necessária, mas injustiças devem ser corrigidas

Senado não abra mão de seu papel revisor em prol de uma rápida aprovação.

— A reforma é necessária, o país tem um déficit que é real, o governo não pode gastar mais do que arrecada, mas tem injustiças no texto que precisam ser corrigidas, sim, pelo Senado Federal.

Entre as emendas de Reguffe, está a que sugere o fim da aposentadoria especial dos parlamentares, inclusive dos que já estão exercendo mandato. O texto atual prevê que migrem para o Regime Geral da Previdência Social apenas os futuros deputados e senadores. Reguffe propõe também o retorno da aposentadoria pela média das 80% maiores contribuições e não pela média de todas, regras de transição com pedágio de 50% e não de 100% para servidores públicos.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS) e Fabiano Contarato (Rede-ES) reforçaram as críticas à reforma. Paim citou matéria da revista *Carta Capital* que desqualifica os estudos utilizados pelo governo para embasar a proposta. Contarato

disse que as mulheres vão sofrer com a reforma porque precisarão trabalhar mais e porque receberão pensão por morte menor. Segundo ele, 80% das pensões por morte são concedidas a mulheres.

Fundo eleitoral

O projeto de lei que altera regras eleitorais (PL 5.029/2019) volta à pauta do Plenário amanhã para discussão em turno único. O texto, que tramita em regime de urgência, prevê exceções ao limite de gastos de campanhas, estabelece itens nos quais podem ser usados recursos do Fundo Partidário e aumenta o valor do Fundo Eleitoral, que financia as campanhas políticas.

Na sessão deliberativa de quarta-feira passada, senadores de vários partidos reclamaram do pouco tempo disponível para analisar o texto, entraram em obstrução e a votação foi cancelada. Os líderes partidários chegaram a um acordo segundo o qual o texto seria analisado pela CCJ pela manhã, antes de ser novamente discutido em Plenário.

Confúcio destaca trabalho do Inbra desde sua criação

O papel do Inbra foi ressaltado por Confúcio Moura (MDB-RO), na sexta-feira. Para o senador, o órgão desenvolve políticas públicas eficientes e eficazes no desenvolvimento do Brasil desde sua criação, no governo militar. Portanto, não deve ser extinto, mas fortalecido, para resolver a questão de regularização fundiária no Brasil.

— O Brasil está sem dinheiro. Mas vamos, já, já, arrumar jeito para regularizar essa dívida histórica com os nossos produtores rurais, nossos chacareiros, nossos fazendeiros.



Jane de Araújo/Agência Senado

Reguffe condena eventual recriação da antiga CPMF

Reguffe (sem partido-DF) criticou na sexta-feira em Plenário a ideia do governo de recriar um tributo nos moldes da antiga CPMF. Na opinião do senador, o governo já tem instrumentos para controlar e fiscalizar a movimentação financeira, não precisando de novo imposto. A saída, para ele, é tributar os lucros e dividendos.

— Hoje tem artistas de televisão, jogadores de futebol, grandes empresários que ganham mais de R\$ 1 milhão por mês e que não pagam Imposto de Renda. [...] Não é esse o melhor modelo tributário que a gente sonha para o país — analisou.

Rogério Carvalho: proposta afetará muitos municípios

A reforma da Previdência (PEC 6/2019) e suas consequências nos municípios foram criticadas por Rogério Carvalho (PT-SE) na sexta-feira em Plenário. Ele ressaltou que o valor dos benefícios foi superior ao da arrecadação em 87,9% dos municípios em 2017.

— Os benefícios pagos pela Previdência tanto cumpram um papel importante na composição da renda familiar de milhões de brasileiros, como são de suma importância para o crescimento dos municípios.



Jane de Araújo/Agência Senado

Discurso em favor da reforma é falso, criticam debatedores

Em mais uma audiência para debater a reforma da Previdência Social, na sexta-feira, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) recebeu representantes sindicais e especialistas que criticaram a PEC 6/2019, em discussão no Senado. Os participantes disseram que o discurso em favor da reforma é falacioso e que ainda há tempo de lutar para que os senadores não aprove o texto como está. Perdão a grandes devedores, sonegação, cálculo incorreto do déficit e necessidade de reforma tributária foram alguns dos problemas apontados pelos expositores para demonstrar que o governo não precisa reformar o setor da forma disposta na PEC.

O vice-presidente de Estudos e Assuntos Tributários da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip), César Roxo, afirmou que o problema não foi o aumento das despesas, e sim a redução das receitas.

— O governo não fala, mas se nós olharmos as contas da seguridade social, vamos verificar ali que as receitas da seguridade social são maiores

do que as despesas ao longo dos anos, só muda a partir da crise em 2014.

Para o consultor legislativo do Senado Luiz Alberto dos Santos, as informações divulgadas pelo governo sobre a reforma não são verdadeiras e a grande mídia não dá espaço para a crítica ao projeto.

Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Gabriel Magno da Cruz criticou o argumento de que a aposentadoria especial do magistério seria um privilégio. Ele afirmou que, segundo pesquisas da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Santa Catarina, apenas 0,6% das escolas públicas brasileiras têm estrutura e infraestrutura consideradas ideais no Brasil:

O representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Luiz Antonio Alves de Azevedo, avaliou que ainda há tempo para convencer os senadores a mudar o texto. Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a reunião, afirmou que continuará debatendo o tema até o fim.

Audiência vai discutir PEC com foco no aumento da pobreza

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) fará hoje, às 9h, nova audiência pública do ciclo "Previdência e Trabalho". Desta vez, o foco será no aumento da pobreza.

Foram convidados representantes de movimentos de agricultores, de entidades ligadas aos trabalhadores, de

associações e cooperativas e de organizações não governamentais. Também devem participar representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e do Ministério da Cidadania.

Relatório à indicação de Aras deve ficar pronto até amanhã

Eduardo Braga (MDB-AM) deve apresentar até amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório à indicação do subprocurador-geral da República, Augusto Brandão Aras, feita pelo presidente Jair Bolsonaro para o cargo de procurador-geral. De acordo com o senador, o parecer é técnico e leva em conta o currículo do indicado.

— O mérito será discutido na sabatina.

É a primeira vez, desde 2001, que o presidente da República escolhe um candidato que não estava na lista tríplice formada em eleições internas do órgão. Para Braga, não há problemas de ordem constitucional na indicação.

— Não há obrigatoriedade legal de que o presidente cum-

pra ou restrinja a nomeação à lista tríplice, mas sim ao mandamento constitucional.

Os encontros de Aras com os senadores têm ocorrido desde o dia 10, quando o indicado participou da reunião de líderes partidários a convite do presidente do Senado, Davi Alcolumbre. Para Randolfe Rodrigues (Rede-AP), causa estranheza o indicado ter sido recebido pelo colégio de líderes antes da sabatina.

— Não cabe a nós, no Senado, paparicar autoridades. Temos uma função republicana e temos que cumprir essa função — disse.

A indicação precisa passar pela CCJ e depois ser aprovada em Plenário, em votação secreta, com voto favorável de pelo menos 41 senadores.

Comissão libera BPC para pessoas da mesma família

Avança proposta que permite o pagamento do Benefício de Prestação Continuada a mais de um deficiente de uma mesma família. Para isso, o benefício não será contado no cálculo da renda per capita

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou na quinta-feira a proposta que permite que o Benefício de Prestação Continuada (BPC) seja pago a mais de uma pessoa com deficiência na mesma família. Agora o PL 3.260/2019 segue para votação na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

Autora do projeto, Mara Gabrielli (PSDB-SP) demonstrou que, se o benefício de uma pessoa for incluído no cálculo da renda familiar per capita, um segundo membro com deficiência da mesma família não poderia receber o BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742, de 1993 — Loas). A senadora quer acrescentar ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015) a determinação de que o BPC recebido em razão de deficiência não seja computado na renda per capita da família. O objetivo do projeto é equiparar a situação

dos deficientes à das pessoas idosas, às quais não é negado o direito ao benefício. Para a senadora, o BPC é direito de caráter pessoal e tem origem na Constituição, “não podendo, portanto, haver pessoas com deficiência e que sejam economicamente hipossuficientes que não o recebam”. Romário (Podemos-RJ), relator na CDH, votou favoravelmente.

Aleitamento

A CDH também aprovou o projeto de Leila Barros (PSB-DF) que obriga creches públicas a terem espaços próprios e condições adequadas para amamentação e aleitamento materno de bebês. Segundo o PL 1.630/2019, os projetos de construção financiados com recursos públicos devem contemplar espaços adequados para esse fim. O texto assegura também a mulheres empregadas na iniciativa privada e a servidoras públicas o direito de acumular os dois períodos

de 30 minutos de que dispõem diariamente para a amamentação num só bloco. Em relatório favorável, a senadora Juíza Selma (PSL-MT) destaca que a proposição beneficia não apenas as mães lactantes, mas também seus filhos. A proposta será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A comissão também decidiu arquivar a sugestão popular para liberar o uso recreativo da maconha em território nacional (SUG 32/2019) e a que torna obrigatório o exame toxicológico para matrículas em universidades (SUG 15/2019).

No caso do texto sobre exame nas universidades, o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), esclareceu que seu voto foi pela prejudicialidade da proposta, por haver outra de igual teor já aprovada na CDH, o PLS 451/2018, que aguarda votação na CCJ. Já quanto à proposta sobre a maconha, os senadores decidiram dar prioridade a outra sugestão sobre o tema (SUG 6/2016), apresentada pela Rede Brasileira de Redução de Danos e Direitos Humanos (Reduc) para regulamentar o uso da maconha medicinal e do cânhamo — uma variante da *Cannabis* sem ação psicoativa relevante. Os senadores pediram vista coletiva da proposta após Alessandro Vieira (Cidadania-SE) apresentar voto pela aprovação.



Flávio Arns e Arolde de Oliveira, relator e autor do projeto de lei

Supermercado pode ser obrigado a ter guias para deficientes

Projeto de lei que obriga estabelecimentos de grande porte — supermercados, hipermercados e atacadistas — a oferecer assistência de guia aos consumidores com deficiência foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos (CDH) na quinta-feira.

A decisão final sobre o assunto deve ser dada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Originalmente, a proposta (PL 3.474/2019) do senador Arolde de Oliveira (PSD-RJ) previa guias para os consumidores deficientes visuais. O relator, Flávio Arns (Rede-PR), sugeriu estender o apoio a todas as pessoas com deficiência que tiverem necessidade de auxílio.

Arns destacou que não vai ser necessário contratar mais pessoal, apenas capacitar quem já trabalha na empresa.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) assinalou as vantagens do projeto para os estabelecimentos:

— O projeto estimula a população com deficiência visual e auditiva a ir ao comércio. É preciso expandir as tecnologias assistivas,

como o braille. Muitas vezes os empresários acham que vai ter custo. Pelo contrário. Vão ter um nicho de consumidores fiéis.

A CDH aprovou também o projeto de Daniella Ribeiro (PP-PB) que garante a venda remota de ingressos para pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida e seu acompanhante. O projeto segue para a Comissão de Educação (CE), que decidirá em caráter terminativo.

A relatora do PL 3.807/2019, Mara Gabrielli (PSDB-SP), votou pela aprovação. Segundo a justificativa, por vezes a pessoa com deficiência não consegue acessar eventos artísticos em razão da dificuldade de comprar ingressos nas bilheterias físicas. Por isso, disse, a garantia da venda por telefone ou internet é de extrema relevância.

— O projeto elimina algumas das barreiras que invariavelmente afastariam esse segmento populacional de atividades culturais que tanto contribuiriam para seu enriquecimento pessoal e alimentariam seu sentimento de pertença social.



Mara Gabrielli é autora do projeto que beneficia deficientes físicos

Audiência discute redução nas passagens de ônibus e metrô

O poder de compra das classes mais baixas cai ano a ano, enquanto o preço das passagens do transporte público coletivo não para de subir. Esse é o cerne da reclamação do senador Nelsinho Trad (PSD-MS), que pediu que a Comissão de Infraestrutura (CI) debata soluções para o problema.

Atendendo ao pedido, a CI chamou autoridades do governo, empresários do setor de transportes, especialistas e usuários para uma audiência pública hoje, a partir das 9h.

Foram chamados os coordenadores do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Casa Civil da Presidência da República, da Frente Nacional dos Prefeitos e da Confederação Nacional dos Usuários de Transportes. Representando o meio empresarial, foram convidados

assessores da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos e da Associação Nacional de Transportes Públicos, e ainda, Carlos Henrique Ribeiro, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

“Precisamos debater formas que levem a uma redução no preço da tarifa do transporte público. Já existem estudos mostrando que há maneiras de reduzir essas tarifas financiando o custeio, seja por subsídio estatal ou pela cobrança de taxas de congestionamento em áreas centrais”, aponta Nelsinho no requerimento.

O senador ainda cita como alternativas alugar espaços em terminais e estações, ou até mesmo a criação de um fundo nacional com este objetivo.

Avança regulamentação da prática do naturismo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou na quarta-feira projeto que regulamenta, em âmbito nacional, a prática do naturismo ou nudismo. O PLC 64/2018 cria regras gerais para a prática e deixa a cargo de estados e municípios as determinações específicas. Da ex-deputada Laura Carneiro, o texto, que segue para o Plenário, autoriza a prática do naturismo em

espaços reservados a esse fim. As autoridades municipais poderão condicionar a licença a determinados limites de área e períodos do ano, e deverá ser instalada sinalização desses locais.

Segundo o relator, Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB), o naturismo no Brasil já está previsto em leis estaduais e municipais, mas falta regulamentação nacional do tema.



Segundo Veneziano Vital do Rêgo, falta regulamentação do naturismo

Aprovado limite para alerta de cobrança por telefônica

As operadoras de telefonia não poderão enviar mais de uma mensagem de texto ou de voz por dia para lembrar o cliente que uma conta ainda não foi paga. É o que determina o PLC 108/2015, aprovado na quarta-feira pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). A proposta segue para a Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC).

Conforme o texto, um novo

aviso de cobrança só poderá ocorrer após 72 horas da primeira notificação. Caso a empresa descumpra o limite, pagará multa de até 100% do valor do débito por cada mensagem enviada fora do prazo. Em caso de reincidência, o valor será cobrado em dobro.

Para o relator, Dário Berger (PMDB-SC), o envio repetitivo de mensagens de cobrança é uma prática abusiva.



Para Dário Berger, o envio repetido de cobrança é abusivo